

Fernanda Marinela
Rogério Sanches Cunha

Manual de
**LICITAÇÕES
E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS**

Conforme

**NOVA LEI DE
LICITAÇÕES**
Lei 14.133/21

2021

 **EDITORA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

PARTE I – DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO 17

1. Histórico 17

▪ CAPÍTULO 2

CONTEXTO LEGISLATIVO 27

1. Cenário legislativo 27

2. Competência legislativa 28

3. Lei nº 14.133/2021 32

3.1. Aspectos positivos e negativos da nova lei 32

3.2. Os impactos normativos – vigência, revogações e alterações 35

3.3. Regime de transição 38

4. Critérios transnacionais 45

5. Impacto da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro à nova Lei de Licitações 46

▪ CAPÍTULO 3

LICITAÇÃO 51

1. Conceito 51

2. Finalidade 51

3. Sujeitos à licitação 54

4. Incidência da lei 63

5. Princípios básicos 65

6. Os agentes públicos e as comissões de licitações 83

6.1. Das comissões de licitação na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02	83
6.2. Agente de licitação	85
6.2.1. Agente de contratação	88
6.2.2. Comissão de contratação	89
6.2.3. Banca	90
6.2.4. Leiloeiro e pregoeiro	91
6.3. Das vedações dos agentes públicos	93
7. Modalidades	94
7.1. Concorrência	104
7.2. Tomada de preços	107
7.3. Convite	109
7.4. Concurso	113
7.5. Leilão	114
7.6. Pregão	118
7.7. Diálogos competitivos.....	123
7.8. Outras modalidades	127
8. Procedimento licitatório.....	128
8.1. Procedimento geral na Lei nº 8.666/93.....	128
8.1.1. Fase interna	129
8.1.2. Fase externa.....	140
8.2. Procedimento licitatório da Lei nº 10.520/02.....	157
8.2.1. Pregão eletrônico.....	162
8.3. Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021	172
8.3.1. Fase preparatória.....	173
8.3.2. Fase de divulgação do edital de licitação	182
8.3.3. Fase de apresentação de propostas e lances	184
8.3.4. Fase de julgamento	187
8.3.5. Fase de habilitação.....	195
8.3.6. Fase recursal.....	200
8.3.7. Fase de homologação	202
9. Procedimentos auxiliares.....	203
9.1. Credenciamento.....	203
9.2. Procedimento de pré-qualificação	204
9.3. Procedimento de manifestação de interesse	205
9.4. Sistema de registros de preços	206
9.5. Registro cadastral	212
10. Algumas licitações.....	215
10.1. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	215
10.2. Licitações internas e internacionais.....	217
10.3. Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte	219

10.4. Licitação para contratação de serviço de publicidade.....	224
10.5. Regime diferenciado de contratações (RDC)	226
10.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016)	231
10.7. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento à pandemia de Covid-19.....	241
■ CAPÍTULO 4	
CONTRATAÇÃO DIRETA	249
1. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	249
2. Inexigibilidade	252
2.1. Pressupostos para a realização da licitação	253
2.2. Objeto licitável e a pluralidade.....	255
2.2.1. Bem singular.....	255
2.2.2. Serviços singulares	256
2.2.3. Hipóteses legais de inexigibilidade.....	256
2.2.3.1. Produtor, empresa ou representante exclusivo.....	257
2.2.3.2. Serviços técnicos especializados.....	258
2.2.3.3. Setor artístico.....	265
2.2.3.4. Credenciamento.....	266
2.2.3.5. Aquisição e locação de imóvel	267
3. Dispensa de licitação.....	268
3.1. Licitação dispensada	268
3.2. Licitação dispensável.....	271
3.2.1. Quadro comparativo Dispensa de licitação	287
■ CAPÍTULO 5	
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	297
1. Conceito.....	297
2. Características.....	300
3. Formalismo.....	302
4. Cláusulas necessárias	309
5. Regime de execução	315
6. Garantia.....	318
7. Duração do contrato.....	322
8. Pagamentos devidos ao contratado.....	329
9. Cláusulas exorbitantes.....	340
10. Alteração contratual	347
10.1. Alteração unilateral do contrato administrativo.....	348

10.2. Alteração bilateral do contrato.....	352
10.2.1. Teoria da imprevisão.....	355
10.3. Situações específicas para alguns contratos.....	357
10.4. Matriz de alocação de riscos.....	359
11. Da execução do contrato e suas responsabilidades.....	361
12. Regras para entrega do objeto do contrato	368
13. Extinção do contrato administrativo	370
13.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	370
13.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021	377
13.3. Das nulidades do contrato administrativo	380
13.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias	382
14. Contratos em espécie	384
14.1. Contratos propriamente ditos	385
14.2. Contrato de concessão	387
14.2.1. Concessão comum de serviço público	388
14.2.1.1. Fundamento legal	388
14.2.1.2. Conceito	388
14.2.1.3. Poder concedente.....	390
14.2.1.4. O concessionário	394
14.2.1.5. Direitos e obrigações do usuário	398
14.2.1.6. Natureza jurídica.....	400
14.2.1.7. Distinções.....	401
14.2.1.8. Formalidades da concessão.....	402
14.2.1.9. A remuneração e a política tarifária.....	411
14.2.1.10. Formas de extinção	415
14.3. Parcerias do poder público com os particulares.....	418
14.3.1. Conceito.....	418
14.3.2. Legislação.....	419
14.3.3. Objetivos.....	421
14.3.4. Modalidades	422
14.3.5. Características.....	424
14.3.6. Diretrizes.....	425
14.3.7. Formalização da concessão especial	427
14.3.8. Vedações.....	434
14.3.9. Concessões especiais para o âmbito federal.....	434
14.4. Permissão de serviço público.....	438
14.4.1. Conceito e requisitos.....	438
14.4.2. A precariedade e a formalização	439
14.4.3. Principais diferenças	443
14.5. Contrato de gestão	444

15. Convênios e consórcios.....	447
16. Consórcios públicos.....	450
16.1. Objetivos	452
16.2. Formalização.....	454
16.3. Prestação de serviços públicos e o contrato de programa.....	458
16.4. Recursos financeiros.....	460
16.5. Alteração e extinção do consórcio público.....	461
17. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista.....	461
▪ CAPÍTULO 6	
IRREGULARIDADES E SANÇÕES.....	465
1. Das infrações e sanções administrativas	465
1.1. Sanções na Lei nº 8.666/93	466
1.2. Sanções na Lei nº 10.520/2002.....	468
1.3. Sanções na Lei nº 12.462/2011.....	469
1.4. Sanções na Lei nº 14.133/2021.....	469
1.5. Infrações da Lei nº 8.666/93	471
1.6. Infrações na Lei nº 10.520/2011 e na Lei nº 12.462/2012	472
1.7. Infrações na Lei nº 14.133/2021.....	473
2. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas.....	476
▪ CAPÍTULO 7	
RECURSO ADMINISTRATIVO	481
1. Recurso administrativo em sentido amplo	481
2. O recurso administrativo na Lei nº 8.666/93.....	483
3. Dos recursos administrativos na Lei nº 10.520/2002	485
4. Dos recursos administrativos na Lei nº 12.462/2011.....	486
5. Dos recursos administrativos na Lei nº 14.133/2021.....	488
▪ CAPÍTULO 8	
CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	493
1. A importância do controle.....	493
2. As linhas de defesa	494
3. Controle administrativo, legislativo e judicial	496
4. Controle interno e externo.....	497
5. Controle de legalidade	500
5.1. A exigência de processo administrativo prévio.....	502
5.2. Convalidação ou saneamento	503

5.3. Estabilização de efeitos	505
6. O processo de controle	514

▪ CAPÍTULO 9

RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA..... 519

1. Responsabilidade civil	520
1.1. Das responsabilidades dos agentes públicos nas contratações públicas	525
1.2. Dos elementos da responsabilidade dos agentes públicos	530
1.3. Das responsabilidades dos agentes públicos nas leis de licitações e contratos	535
1.4. Parecerista jurídico	540
2. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92	547
3. Da responsabilidade na Lei nº 12.846/2013 das pessoas jurídicas nas licitações e contratações	566

**PARTE II – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES
E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

▪ CAPÍTULO 1

**DOS CRIMES EM LICITAÇÕES
E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 593**

1. Introdução	593
2. Informante do bem ou “whistleblower”	608
3. Crimes em espécie	611
4. Pena de multa	669

PARTE III – QUADRO COMPARATIVO

QUADRO COMPARATIVO..... 675